

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	10
2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	10
4 Caixa e equivalentes de caixa	13
5 Adiantamento de férias	13
6 Imobilizado.....	14
7 Termos de colaboração a realizar	15
8 Obrigações sociais e trabalhistas	15
9 Outras obrigações.....	15
10 Provisão para contingências.....	16
11 Patrimônio líquido.....	16
12 Receitas operacionais	16
13 Precatório Judicial Recebido do INSS	18
14 Imunidades Tributárias	19
15 Trabalho Voluntário	20
16 Dirigentes e conselheiros	20
17 Cobertura de seguros.....	20
18 Aspectos Tributário.....	20
19 Eventos Subsequentes.....	21
20 Continuidade Operacional.....	21



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA - APAF
São Paulo – SP

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA - APAF, CNPJ 07.144.360/0001-06, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA - APAF em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Auditores Associados

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as




exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 28 de abril de 2025, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 22 de abril de 2026

Documento assinado digitalmente
 **LIANA LUVIZON**
Data: 22/04/2026 17:08:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES
CRC RS-004240/O-1 S-SP – CVM 13242
Liana Luvizon
Contador CRC 1 RS-055269/O-5 T-SP

Associação Paulista de Apoio à Família
Cnpj: 07.144.360/0001-06

Balço patrimonial nos exercícos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais).

Ativo	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.095.714	1.497.744
Contas a receber		2.002	1.438
Adiantamento de férias	5	136.879	144.913
Adiantamento à fornecedores		641	34.360
Outros créditos		289	380
		3.235.524	1.678.836
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar		96	0
Imobilizado	6	3.202.163	3.278.670
Imobilizado com restrição	6	45.702	28.656
Intangível	6	290	354
		3.248.250	3.307.680
Total do ativo		6.483.774	4.986.516
Passivo			
Passivo circulante			
Termos de colaboração a realizar	7	535.873	416.799
Obrigações fiscais		20.785	20.860
Obrigações sociais e trabalhistas	8	410.868	434.052
Outras obrigações	9	47.320	33.417
Obrigaçào imobilizado com restrição	6	45.702	28.656
		1.060.549	933.784
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social		5.423.226	4.052.732
		5.423.226	4.052.732
Total do passivo e patrimônio líquido		6.483.774	4.986.516

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais).

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	12		
Programa (atividades) de educação		3.717.125	3.573.441
Com restrição		3.717.125	3.573.441
Assistência social			
Contribuições e doações voluntárias		530.994	594.450
Imunidades Tributárias	14	923.848	870.682
Créditos Nota Fiscal Paulista		522.058	528.086
Receitas com aluguel		0	1.500
Doações mercadorias		104.576	119.778
Trabalho voluntário	15	110.847	104.896
Recuperação Despesas		4	0
Ganho com Precatório Judicial	13	1.727.518	0
Eventos e patrocínios		100.723	315.004
Sem restrição		4.020.567	2.534.396
Total receitas		7.737.692	6.107.837
Custos operacionais			
Programa e atividades de Educação	15	(3.767.557)	(3.700.223)
Programa e atividades de Assistência Social		(1.453.204)	(1.694.635)
Imunidades Tributárias	14	(923.848)	(870.682)
Com programas (atividades)		(6.144.609)	(6.265.540)
Superávit bruto		1.593.083	(157.703)
Despesas operacionais			
Doações mercadorias		(104.576)	(119.778)
Depreciação e amortização		(114.661)	(60.236)
Trabalho voluntário	15	(110.847)	(104.896)
Impostos e taxas		(680)	(981)
Outras (despesas) receitas operacionais		0	(3.451)
Total despesas		(330.764)	(289.342)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		1.262.320	(447.044)
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras		111.616	177.877
Despesas financeiras		(3.441)	(3.959)
Resultado financeiro líquido		108.174	173.918
Superávit/Déficit do período		1.370.494	(273.126)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2023	3.946.679	379.179	4.325.858
Incorporação do Superávit	379.179	(379.179)	
Déficit do exercício		(273.126)	(273.126)
Em 31 de dezembro de 2024	4.325.858	(273.126)	4.052.732
Incorporação do déficit	(273.126)	273.126	
Superávit do exercício		1.370.494	1.370.494
Em 31 de dezembro de 2025	4.052.732	1.370.494	5.423.226

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais).

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do período	1.370.494	(273.126)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	114.661	60.236
Receita diferida - imobilizado	7.548	5.224
Superávit/Déficit ajustado	1.492.703	(207.667)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(564)	3.883
Adiantamento de férias	8.034	(2.061)
Adiantamento à fornecedores	33.719	(33.727)
Outros créditos	91	2.044
Outros créditos ANC	(96)	0
Obrigações fiscais	(75)	(13)
Obrigações sociais e trabalhistas	(23.184)	32.127
Termos de colaboração a realizar	119.074	177.443
Outras obrigações	13.903	(7.608)
Obrigações imobilizado com restrição	17.046	6.384
Caixa gerado nas atividades operacionais	167.949	178.472
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.660.652	(29.195)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(62.683)	(1.360.621)
Baixa de Tributos a recuperar ANC	0	2.072
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(62.683)	(1.358.550)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.597.970	(1.387.744)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.497.744	2.885.488
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.095.714	1.497.744
Varição no caixa e equivalente de caixa	1.597.970	(1.387.744)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025.
(Em reais).

1 Contexto operacional

Constituída em 15 de dezembro de 2004, a Associação Paulista de Apoio à Família - APAF é uma “OSC” (Organização da Sociedade Civil) sem fins lucrativos de natureza filantrópica. A sua duração é por tempo indeterminado. De acordo com a Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021, a Associação APAF obedece ao **Princípio da Universalidade do Atendimento**. A APAF é uma instituição que tem como finalidade fortalecer as famílias em situação de vulnerabilidade pela educação de crianças e mulheres promovendo a inclusão social com observância e atendimento das leis aplicáveis, em especial a Lei 10.406 de 10/01/2002 e suas alterações (Código Civil) e a Lei 8069 de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Para o alcance de sua finalidade, a APAF atua com os seguintes objetivos sociais: I. Promoção da assistência social de acordo com o artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, Lei 8.742/93; II. Promoção da educação inclusiva; III. Promoção de atividades físicas e culturais; IV. Promoção da segurança alimentar e nutricional; V. Promoção de projetos e programas de proteção social para complementação da renda pessoal e familiar; VI. experimentação não lucrativa de novos modelos socioeducativos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; e VII. Estudos, pesquisas, bem como produção e divulgação de informações e conhecimentos que digam respeito as atividades supramencionadas.

1.1 A APAF, por ser Associação de interesse social possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Municipal: Decreto nº 48.394/2007
- Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA nº 1281/07
- Registro no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS Nº. 1330/2008.
- CEBAS Processo de renovação nº 308796.1033271/2024
- Título de Utilidade Pública Estadual - Lei 14.330 de 29.12.2010, Projeto de Lei 571/10
- Declaração de Reconhecimento de Imunidade ao ITCMD- Processo SFP-PRC-2025/17625

1.2 De acordo com o Art. 14 do Código Tributário Nacional, a Associação APAF

- I Não remunera a Diretoria e nem distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;
- II Aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;
- III Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades exigidas pela lei, capazes de assegurar sua exatidão.

1.3 Assistência social e educacional

A APAF, no atendimento aos seus objetivos estatutários, presta serviços de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitar, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei Complementar nº187/2021.

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 16 de março de 2026.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades" e observando o disposto na Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também exercício do julgamento por parte da Administração da Associação APAF no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente, e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponível para venda.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Associação APAF.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

(d) Termos de colaboração a realizar

Os depósitos recebidos destinados a execução de projetos e firmados em instrumentos contratuais são reconhecidos como obrigação da Associação APAF perante os doadores e/ou parceiros. À medida que a execução dos projetos, essas obrigações são reconhecidas em contrapartida da conta "Receitas operacionais com restrições" no resultado do exercício.

São provenientes de parcerias firmadas com a Secretaria Municipal da Educação - SME e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Associação APAF presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

A Associação APAF, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a NBCT TG 07 R2. Conforme demonstrado na explicativa 7, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período em contrapartida das despesas compensadas em base sistemática.

(e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é

provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(f) Ativo imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação APAF inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra direta e indireta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme nota explicativa 6.

(g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(h) Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida quando da efetiva execução dos projetos na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Associação quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Receitas de termos de colaboração

As receitas dos projetos relacionados aos termos de colaboração são contabilizadas a medida da execução dos projetos, tomando-se como base os valores acordados nos termos contratuais.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

(i) Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas em uma base contínua. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período ao qual as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Associação, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio social e a condição financeira da Associação, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

(i) **Revisão da vida útil dos bens patrimoniais:** A Associação reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Associação espera geração de benefícios econômicos.

(j) **Mudanças em práticas contábeis**

Não houve alterações significativas na norma NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades" que ocasionassem efeitos nas demonstrações contábeis da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Sem restrição		
Caixa	16	190
Bancos conta movimento	1.000	1.779
Aplicações financeiras	2.239.680	784.230
	2.240.697	786.199
Com restrição		
Bancos conta movimento	0	2
Aplicações financeiras	855.017	711.543
	855.017	711.545
	3.095.714	1.497.744

As aplicações foram contratadas pela variação de 90% a 100% da variação do CDI em dezembro de 2025. As aplicações financeiras são de curto prazo, podendo ser resgatáveis a qualquer momento e sem penalidades de perda dos rendimentos auferidos ou sobre o principal aplicado.

Os recursos com restrição referem-se a convênios firmados junto ao poder público, portanto só podem ser usados para os fins aos quais o recurso é destinado.

5 Adiantamento de férias

Trata-se de valores pagos de férias a funcionários que serão baixados em período subsequente.

	2025	2024
Adiantamento de férias	136.879	144.913

6 Imobilizado, obras em andamento, imobilizado com restrição e intangível

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas estão compostas da seguinte forma:

Imobilizado		Custo do imobilizado	Adições	Baixas	Depreciação	2025	2024
Imóveis	4%	2.351.920	30.240	0	(293.097)	2.089.063	2.154.100
Instalações	10%	12.826	0	0	(12.826)	0	0
Máquinas e Equipamentos	10%	55.939	0	0	(30.489)	25.450	29.519
Moveis e Utensílios	10%	126.089	2.950	0	(117.106)	11.933	11.031
Computadores Hardware	20%	61.289	0	0	(44.409)	16.880	26.527
Terrenos		1.030.000	0	0	0	1.030.000,00	1.030.000
Brinquedos Pedagógicos	10%	39.156	0	0	(15.202)	23.954	26.666
Instrumentos Musicais	10%	1.090	0	0	(372)	718	827
Equipamento de Comunicação	10%	0	4.899	0	(735)	4.164	
Total		3.678.309	38.089	0	(514.236)	3.202.163	3.278.670

Imobilizado com restrição		Custo do imobilizado	Adições	Baixas	Depreciação	2025	2024
Aconchego I							
Moveis e Utensílios	10%	0	4.880	0	(458)	4.422	0
Computadores Software	20%	11.749	0	0	(8.007)	3.742	10.592
Máquinas e Equipamentos	10%	3.584	0	0	(1.165)	2.419	2.379
Subtotal		15.332	4.880	0	(9.629)	10.583	12.971
Aconchego II							
Moveis e Utensílios	10%	11.608	1.715	0	(2.369)	10.957	10.457
Computadores Software	20%	2.893	0	0	(1.736)	1.157	(2.868)
Máquinas e Equipamentos	10%	8.903	17.999	0	(3.894)	23.008	8.097
Subtotal		23.404	19.714	0	(7.999)	35.119	15.685
Total		38.737	24.594	0	(17.628)	45.701	28.656

Intangível		Custo do imobilizado	Adições	Baixas	Depreciação	2025	2024
Marcas e Patentes	10%	644	0	0	(354)	290	354
Total		644	0	0	(354)	290	354

Avaliação imóvel

Em 2021, a Administração da Associação contratou a empresa especializada LUPA ADMINSTRADORA IMOBILIÁRIA S/S LTDA. sob a responsabilidade técnica de Alexandre da Conceição Ferreira (OAB-SP 211.160 CRECI/SP n.º 63.660), para realizar o laudo de avaliação patrimonial do imóvel. O laudo foi emitido em 5 de julho de 2021 e concluiu que o valor atual do imóvel é de R\$ 2.250.000 (dois milhões duzentos e cinquenta mil reais), não havendo assim necessidade de *impairment*. Em 2025, a Administração da Associação fez uma avaliação interna e não identificou alteração na avaliação patrimonial.

7 Termos de colaboração a realizar

	2025	2024
Termo Colaboração - SME - Aconchego I	214.494	167.218
Termo Colaboração - SME - Aconchego II	204.751	168.920
Rendimento aplicações financeiras	116.628	80.661
	535.873	416.799

A Associação possui contrato de gestão e termos de colaboração junto à Prefeitura Municipal de São Paulo. Na data de fechamento do Balanço, a Associação apresentava valores recebidos procedentes dos Convênios, os quais ainda estavam em fase de execução e aplicação dos recursos.

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Constitui-se de salários, provisões, encargos sociais, impostos e contribuições incidentes sobre as verbas trabalhistas, detalhados abaixo:

	2025	2024
Férias	232.206	227.591
Salário	135.830	145.028
FGTS	20.515	22.702
INSS	20.192	38.147
Empréstimo Consignado	2.125	0
Contribuição sindical	0	583
Total	410.868	434.052

9 Outras obrigações

	2025	2024
Aluguel a pagar	37.216	31.989
Contas a pagar	10.104	1.428
Total	47.320	33.417

10 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não há qualquer outro processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra a Associação APAF que devesse ser divulgado em notas explicativas. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Associação deverá reavaliar as suas estimativas.

11 Patrimônio líquido

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência. O valor do superávit ou déficit do exercício é registrado na conta Superávit (déficit) do exercício, enquanto não aprovado pelos associados em assembleia. Após aprovação, é realizada a transferência para a conta Patrimônio Social.

12 Receitas operacionais

Para manutenção de seus objetivos, a Associação APAF recebeu, no decorrer do período, as seguintes contribuições em parceria com órgãos governamentais:

Com restrição	2025	2024
Assistência Educacional - CEI Aconchego 1	1.703.494	1.597.842
Assistência Educacional - CEI Aconchego 2	2.013.631	1.975.599
	3.717.125	3.573.441
Sem restrição	2025	2024
Imunidades Tributárias (nota 14)	923.848	870.682
Programa nota fiscal paulista	522.058	528.086
Doações de pessoas jurídicas	349.987	423.753
Doações de pessoas físicas	170.892	163.549
Campanha solidaria	10.115	0
Trabalho voluntário (nota 15)	110.847	104.896
Eventos sociais	100.723	315.004
Doações mercadorias	104.576	119.778
Recuperação despesa	4	4.232
Ganho com precatório judicial	1.727.518	0
Receitas de aluguéis	0	1.500
Outras Receitas	0	2.915
	4.020.567	2.534.396
	7.737.692	6.107.837

Doações e Contribuições

As doações e contribuições espontâneas são registradas quando recebidas sendo que, quando destinadas ao custeio, são contabilizadas como receitas aplicadas em assistência social.

Programa Nota Fiscal Paulista

CONTA	DESCRIÇÃO	2025	2024
Crédito Nota Fiscal Paulista	A Nota Fiscal Paulista é um programa de estímulo à cidadania no Estado de São Paulo que tem por objetivo estimular os consumidores a exigirem a entrega do documento fiscal na hora da compra. Além disso, visa gerar créditos aos consumidores às empresas do Estado. As entidades sociais sem fins lucrativos, uma vez cadastrada neste programa, são beneficiadas com parte destes recursos. Esta é mais uma forma de angariar recursos para a instituição.	552.058	528.086

Os valores recebidos são aplicados para complementar as atividades desenvolvidas nos núcleos e em custos operacionais da área assistencial.

Programas Desenvolvidos pela APAF

(i) Espaço Iluminar:

O projeto, criado em 2006 com foco no atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, tem como objetivo resgatar a dignidade e a autoestima destas por meio da educação. Para tal, o projeto atendeu 257 mulheres em cursos profissionalizantes gratuitos que permitem geração de renda e trabalho (inclusão produtiva) para mulheres com idade a partir dos 18 anos, moradoras da cidade de São Paulo e região metropolitana. Além disso, o projeto oferece apoio psicossocial e oportunidade de encaminhamentos na área da saúde, de acordo com suas necessidades.

Para alcançar seu objetivo, o Espaço Iluminar oferece:

- **Capacitação profissional** de mulheres em situação de vulnerabilidade social em cursos nas áreas **de beleza, saúde e bem-estar**.
- Cursos: Depilação básica e avançada, Assistente de Cabelereiro – Escovista, Assistente de Cabelereiro – Corte, Esmaltação em gel, Manicure e Pedicure, Maquiagem com Design de Sobrancelhas, Massoterapia em Estética e Passeadora de Cães.
- atendimentos **sociais e psicológicos**.
- Atividades com foco no **desenvolvimento pessoal, empreendedorismo, cidadania e de prevenção à saúde**.

(ii) Creches Aconchego:

Projeto voltado para o atendimento de 151 crianças com até 3 anos e 11 meses que tem como objetivo a proteção da primeira infância, fase crucial para o crescimento e desenvolvimento infantil. Tem como Diretrizes Metodológicas e os objetivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Atua por meio de planos e metas traçados pelo Projeto Político Pedagógico, que se se renova a partir das experiências vividas, das atividades realizadas, do trabalho e da dedicação das pessoas envolvidas na rotina dos bebês e das crianças. Trabalha diversos conteúdos, como: as diferentes formas de linguagem (verbal, corporal, plástica e musical) e todas as formas de comunicação e expressão, fundamentais para que as crianças possam se integrar à sociedade. Os ambientes são elaborados e

organizados para que as crianças possam viver situações, interagir, explorar e criar, independentemente da idade e turma.

Além de proporcionar todas essas experiências, as Creches Aconchego também garantem a segurança alimentar das crianças, fornecendo diariamente 5 refeições nutricionalmente balanceadas.

Também são realizadas ações junto às famílias, buscando parcerias para o envolvimento de toda a Comunidade do entorno das Creches.

(iii) Projetos desenvolvidos na esfera educacional

O Decreto 11.791/2023 determina que as entidades de educação, que prestem serviços integralmente gratuitos deverão garantir a observância da proporção de, no mínimo, um aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio para cada cinco alunos matriculados, adotando e observando os critérios de seleção e as proporções previstas.

A Associação Paulista de Apoio a Família – APAF presta serviços **educacionais** de forma **integralmente gratuita**, não havendo assim a cobrança de mensalidades ou anuidades. Desta forma, para os exercícios de 2024 e 2025 não se registrou alunos pagantes e a quantidade de alunos matriculados como bolsistas integrais cumpriu adequadamente o previsto nas legislações em vigor, ficando assim demonstrado:

<u>Exercício</u>	<u>Quantidade de alunos</u>	<u>Proporcionalidade 5 x 1</u>	<u>Total de bolsas concedidas</u>
2024	145	29	145
2025	151	31	151

(iv) Pós Escola Aconchego:

O Projeto oferece um espaço de cuidado e convívio a 60 crianças de 4 a 6 anos, no contraturno escolar (de segunda a sexta-feira, 4 horas por dia em cada turno – manhã e tarde)); Atua na promoção da saúde, assistência social, consciência ambiental, ludicidade e o direito de brincar, o incentivo à promoção da diversidade, segurança alimentar e o combate à violência. As metas elencadas na proposta pedagógica estruturada são trabalhadas a partir de 3 eixos norteadores, subdivididos nas plataformas: Atividades de Participação, Atividades de Convívio e Atividades de Convívio Familiar; Proporciona às famílias a possibilidade de aproveitarem o período de contraturno para se dedicarem ao trabalho, enquanto as crianças estão sendo assistidas em suas necessidades no Projeto.

13. Precatório Judicial Recebido do INSS

A Associação Paulista de Apoio a Família - APAF, caracterizada como **entidade sem fins lucrativos**, portadora do Certificado de Entidades Beneficentes (CEBAS), recebeu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, recursos financeiros oriundos de **precatório judicial expedido em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, decorrente de decisão judicial com trânsito em julgado.

Processo: 50055778620174036100

Precatório: 00842862820244039900

O referido precatório tem como origem a **restituição de contribuições previdenciárias indevidamente**

recolhidas) conforme Processo Judicial nº 50055778620174036100 tramitado perante (**vara/tribunal**).

O valor líquido recebido totalizou **R\$ 1.727.517,69** registrado em contas de resultado no mês de dezembro de 2025, composto por:

- **R\$ 727.950,35** relativos ao valor principal do indébito tributário;
- **R\$ 999.567,34** referentes à atualização monetária e juros legais;

O valor recebido foi registrado em conta bancária do Banco Itau S.A, o que gerou um impacto positivo no caixa e equivalentes da organização, fortalecendo a posição de liquidez e contribuindo para a manutenção das operações correntes.

Em observância à **ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros**, o valor recebido contribuiu para o superávit do exercício, sendo integralmente destinado à manutenção das atividades institucionais da Entidade, não havendo distribuição de resultados a dirigentes, administradores, conselheiros ou associados.

A Administração declara que os recursos recebidos não possuem vinculação específica, salvo determinação judicial, e que não há contingências adicionais relacionadas ao referido precatório na data-base das demonstrações contábeis

14. Imunidades Tributárias

As aplicações dos recursos em Gratuidades atenderam o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, I e §7º, que concede a imunidade das Contribuições Sociais às Entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas no Art. 29 da Lei Complementar 187 de 16 dezembro de 2021.

Em atendimento art. 3 da Lei Complementar 187/2021 e a norma contábil, ITG 2002 (R1), item 27, letra “c” são demonstrados a seguir, os valores relativos às imunidades usufruídas em 2025 e 2024.

	2025	2024
Cota Patronal	550.213	549.769
Cofins	194.815	159.083
Pis	27.511	12.584
Terceiros	123.798	122.111
RAT	27.511	27.136
	923.848	870.682

A Associação teve seu último Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido pelo Ministério da Educação (MEC), exarada nos autos do processo nº 23000.023776/2018-31, com validade de 30 julho de 2018 a 29 de julho de 2021.

Em 26 de julho de 2024 a Associação requereu a renovação do CEBAS por meio do Ministério da Educação, sob protocolo de nº 308796.1033271/2024, encontrando-se em análise desde então. Ressaltamos que o certificado se mantém ativo até que seja concluído o processo.

15. Trabalho Voluntário

A APAF, no decorrer do ano de 2025, contou com o apoio de 31 voluntários (42 em 2024), cujos serviços prestados foram nas seguintes áreas: ministração de aulas para crianças, financeiro, RH, administrativo, jurídico, planejamento, comunicação, saúde da mulher, formação de projetos, arquitetura, apoio em sala de aula, eventos, serviços administrativos e digitação de cupons fiscais. Os custos da prestação de serviços foram reconhecidos pelo valor justo, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

	<u>Horas</u>	<u>Parâmetro</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Diretoria	2.400	35,30	84.720	84.348
Conselho fiscal	180	35,30	6.354	5.623
Comunicação	5	25,52	128	1.457
Zeladoria				100
Educação Infantil	7	29,80	208	2.038
Apoio Sala de Aula	82	11,48	941	3.688
Administrativo	17	13,95	237	3.269
Administrativo nfp	565	13,95	7.882	
Administrativo eventos	39	13,95	544	
Formação de Projeto	28	29,80	835	
Arquitetura	240	35,30	8.472	
Saúde-Medicina da Mulher	4	131,41	526	
Saúde-Fonoaudiologia				660
Apoio Cozinha				3.713
	<u>3.567</u>		<u>110.847</u>	<u>104.896</u>

As demonstrações estão apresentadas em valores arredondados tornando-os mais legíveis e simplificando os números e a compreensão de seus usuários.

16. Dirigentes e conselheiros

Os diretores e conselheiros não receberam remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

17. Cobertura de seguros

É política da Associação manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobiliza por montantes considerados suficientes pela Administração para fazer face aos riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

18. Aspectos Tributários e Regulatórios

Em 2023 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária, com implementação gradual a partir de 2026. As principais mudanças envolvem a substituição de tributos sobre consumo (PIS, Cofins, ICMS e ISS, além de parte do IPI) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo.

Até 31 de dezembro de 2025, não houve efeitos diretos nas demonstrações contábeis da Entidade, uma vez que a vigência das novas regras ocorrerá de forma escalonada a partir de 2026. A Administração acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia potenciais impactos futuros sobre custos operacionais e contratos com parceiros públicos e privados.

A Entidade manterá suas práticas contábeis atuais até que haja regulamentação definitiva e aplicável às suas operações, em conformidade com o **ITG 2002 R1** e demais normas contábeis pertinentes.

19 Eventos Subsequentes.

Desde 31 de dezembro de 2025 até a data do encerramento das Demonstrações Contábeis não ocorreram fatos que pudessem afetar as demonstrações contábeis da Entidade.

20 Continuidade Operacional

A Entidade avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende manter sua atuação na execução de serviço de assistência social. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

Todos os recursos obtidos pela Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

* * *

São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

Regina Helena Vieira de Miranda
Presidente

Jorge Celso da Silva
Responsável Técnico
CRC n° 1SP196.805/O-

7